



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
5ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO  
(5ª ICFEx / 1982)**

**DIEx nº 50-DE/SAF/5ª ICFEx - CIRCULAR  
EB: 64605.003634/2019-14**

**Curitiba, PR, 5 de fevereiro de 2019.**

**Do** Chefe da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

**Ao** Sr Chefe da Seção de Inativos e Pensionistas da 5ª Região Militar, Chefe do Estado Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, Chefe do Estado Maior da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, Chefe do Estado Maior da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, Chefe do Estado Maior da 5ª Divisão de Exército, Chefe do Estado Maior da 5ª Região Militar, Chefe do Estado Maior da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército, Ordenadores de Despesas de Unidades Gestoras Vinculadas, Cmt/Ch/Dir de OM sem autonomia administrativa

**Assunto:** Danos ao Erário - forma de aplicação dos Art 20 e 21 da Portaria 1324-Cmt Ex, de 4 OUT 17

**Referência:** DIEx nº 380-DE/SAF/5ª ICFEx, de 5 SET 18

**Anexo:** calculo\_valor\_prestacao\_militar\_ativo\_inativo

1. Versa o presente expediente sobre recomendação quanto à forma de se calcular o valor da prestação a ser implantada em contracheque quando a **restituição de dano ao Erário é realizada de forma parcelada, decorrente da aplicação dos Art 20 e 21 da Portaria 1324-Cmt Ex, de 4 OUT 17.**

2. Dispõe o Art 20 da Portaria 1324-Cmt Ex, de 4 OUT 17 (grifos nossos):

Art. 20. **Após o ciente do responsável notificado, e não tendo sido recolhido o valor no prazo estipulado** por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), o Cmt, Ch ou Dir OM adotará as seguintes providências:

I - **independentemente do reconhecimento da dívida, determinará o desconto no contracheque**, observado o disposto nestas normas e no RAE e os limites estabelecidos na legislação em vigor; e

II - **na impossibilidade de implantação do desconto no contracheque, face ao elevado valor da dívida, à limitação da margem consignável do militar ou outras razões** que impossibilitem o referido desconto, deverão ser tomadas as providências para inscrição na Dívida Ativa da União e, observada a legislação correlata, a instauração de TCE, nos termos do parágrafo único do art. 10 e dos art. 32 e 33 destas normas.

3. Nos casos de militares do Exército (ativos ou inativos) que, após serem notificados não reconhecem a dívida e não realizam os recolhimentos nos prazos estipulados, o Cmt deve **obrigatoriamente implantar o desconto em contracheque**, em simples obediência ao estabelecido no inciso I do Art 20 da Portaria 1324-Cmt Ex/2017. A alternativa de se encaminhar o débito para inscrição na Dívida Ativa da União só é cabível se for comprovado algumas das razões constantes na parte inicial do inciso II do artigo retromencionado.

4. O ressarcimento do dano por meio de GRU deve ser realizado em parcela única, conforme já orientado pelo DIEx nº 12-DE/SAF/5ª ICFEx – CIRCULAR, 22 JAN 18. O ressarcimento por desconto em contracheque também deve ser efetuado, **se possível, em parcela única**, sendo o parcelamento exceção. Conforme §1º do artigo acima transcrito (grifos nossos):

§ 1º Na **impossibilidade de o desconto em contracheque**, de que trata o inciso I do caput, **ser efetuado de uma só vez**, o débito poderá ser pago em parcelas mensais descontadas dos vencimentos ou quantia que, a qualquer título, os responsáveis pela indenização recebam do Comando do Exército.

5. Caso seja necessário parcelar o montante da dívida de militares da ativa ou inativos, o Cmt, Ch ou Dir de OM definirá o valor mensal do desconto, considerando os incisos do §2º do Art 20 combinado com inciso I do Art 21 da Portaria 1324-Cmt Ex/2017:

Art. 20 [...]

§ 2º Nos **casos em que houver parcelamento da dívida**, o Cmt, Ch ou Dir OM definirá o valor mensal do desconto, considerando:

I - se o valor da prestação é **suficiente para o pagamento dos juros** e para a **amortização do valor da dívida atualizado**;

II - o **menor número de prestações possível**, levando-se em conta o **limite máximo disponível** da margem consignável do responsável;

III - o **limite de até 60** (sessenta) vezes para o parcelamento da dívida; e

IV - que o valor de cada parcela deverá ser atualizado mensalmente e, quando for o caso, acrescido dos juros correspondentes.

Art. 21. Na implantação dos descontos no contracheque do responsável, deverão ser observadas as seguintes prescrições:

I - **se militar da ativa, inativo** ou pensionista, os descontos deverão observar as disposições constantes na Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e na Portaria no 046-SEF, de 1º de julho de 2005, ou normas que venham a substituí-las; e

6. O cálculo do valor da prestação de danos a serem ressarcidos por militares da ativa e inativos deve seguir a seguinte sistemática:

a. ressalta-se inicialmente que os cálculos tendo por base o levantamento da margem consignável **disponível para inserção de descontos AUTORIZADOS**, **NÃO** se presta, ao disposto na parte final do inciso II do § 2º do Art 20 das Portaria 1324-Cmt Ex/2017;

b. os descontos para fins de ressarcimento ao Erário são descontos **OBRIGATÓRIOS** e, sendo desta natureza, **prevalecem sobre os descontos autorizados**, conforme MP 2.215-10, de 31 AGO 01 (grifos nossos):

Art.14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar

para **cumprimento de obrigações** assumidas ou **impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento**.

**§1º Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.**

**§2º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.**

**§3º** Na aplicação dos descontos, **o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração** ou proventos.

**Art.15. São descontos obrigatórios do militar:**

I- contribuição para a pensão militar;

II- contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar;

III - indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de organização militar;

IV - impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos, de acordo com a lei;

**V - indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;**

VI - pensão alimentícia ou judicial;

VII - taxa de uso por ocupação de próprio nacional residencial, conforme regulamentação;

VIII - multa por ocupação irregular de próprio nacional residencial, conforme regulamentação.

Art. 16. Descontos autorizados são os efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, **conforme regulamentação de cada Força**.

c. Amparado nos dispositivos legais acima transcritos, a OM/UG deve fazer os cálculos obedecendo o constante na Portaria 046-SEF, de 1º JUL 05, e na Portaria 1.271-Cmt Ex, de 13 AGO 18:

1) Portaria 046-SEF, de 1º JUL 05 (grifos nossos):

Art. 5º São considerados **descontos obrigatórios**: [...]

**V - indenização à Fazenda Nacional** em decorrência de dívida;

[...]

**Art. 9º Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.**

§ 1º Caso a soma dos descontos obrigatórios acrescidos dos autorizados, exceda ao limite definido na legislação em vigor, **os descontos autorizados serão excluídos**, até ficarem dentro do limite da margem consignável, observando-se, para tanto, a seguinte prioridade na exclusão:

I - mensalidade;

II - empréstimo;

III - financiamento de bens móveis;

IV - seguro, previdência privada e plano de saúde;

V - ensino, aquisição de uniforme e farmácias ambulatoriais do Exército; e

VI- financiamento imobiliário.

[...]

Art. 10. O desconto autorizado pode ser excluído:

I - por interesse da administração militar, com base em legislação em vigor;

2) Portaria 1.271-Cmt Ex, de 13 AGO 18 (grifos nossos):

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria considera-se:[...]

V - Desconto autorizado: valor deduzido da remuneração, dos proventos, ou da pensão do consignado, mediante solicitação formal da consignatária, autorização expressa do consignado e anuência do consignante, dentro dos limites e prioridades estabelecidos na legislação em vigor;

VI - **Desconto obrigatório**: valor deduzido dos proventos ou da pensão do consignado **compulsoriamente, por força de lei**, ordem judicial ou decisão administrativa;

XII - Margem Consignável (MC): é o valor máximo que pode atingir o somatório dos descontos autorizados num determinado mês, **abatidos, primeiramente, os descontos obrigatórios e a reserva de dez por cento do soldo destinada às despesas médico-hospitalares do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx)**; e

XIII - Mínimo Legal: é o menor valor líquido da remuneração, proventos ou pensão que o militar ou pensionista deve receber mensalmente, conforme estabelece o **§ 3º do art. 14 da MP 2.215-10**, de 31 de agosto de 2001.

[...]

**Art. 9º São atribuições das OM e SIP/OP:**

**I - implantar os descontos obrigatórios e excluir os descontos autorizados quando necessário para atender o mínimo legal:**

a) é vedada a exclusão de descontos obrigatórios e, em havendo mais de um desconto autorizado da mesma natureza, será excluído do mais recente para o mais antigo, de acordo com a data de inserção no Sistema de Consignações; e

b) quando realizada qualquer exclusão de desconto autorizado, **deverá ser formalmente notificado o consignado** sobre a exclusão e a manutenção de seus compromissos com a consignatária.

d. Seguindo a sistemática acima, a OM/UG deve identificar **o limite máximo do valor a ser inserido a título de ressarcimento ao Erário**; este valor pode ser obtido com a seguinte operação:

1) identificar o valor da remuneração/proventos;

2) do valor acima, diminuir:

- o mínimo legal que o militar deve receber (30% da remuneração/proventos),

- o valor dos outros descontos obrigatórios já consignados (por exemplo rubricas FUSEx 3%, P Mil 7,5%, Imposto de Renda, PNR);

- a reserva de 10% do soldo destinada às despesas médico hospitalares do FUSEx (a título da rubrica FUSEX DESP MED).

e. Cabe ressaltar que, em virtude do desconto obrigatório a ser inserido, se for necessário, **todos os descontos autorizados pelo militar** (seguros, empréstimos, etc) devem ser excluídos do contracheque do militar.

f. Identificado o valor máximo da parcela destinada a ser inserida a título de ressarcimento ao Erário, **a OM/UG deve implantar o desconto em favor da UG que realizou o procedimento apuratório de dano ao Erário. A UG que realizou o procedimento apuratório de dano ao Erário se encarregará de**, após os registros de pagamento no SISADE, **recolher os recursos aos Fundo do Exército ou à União conforme cada caso.**

g. Segue anexo modelo da sistemática acima descrita.

7. Conforme tratado no **DIEx nº 380-DE/SAF/5ª ICFEx – CIRCULAR, de 5 SET 18, (ver letra i. do item 5.)**, salienta-se que o Art. 14 e o Art. 15, III e V, da MP 2.215-10/2001, permitem o desconto (até mesmo compulsório) na remuneração ou proventos do militar (da ativa ou inativo) mas não menciona a situação de pensionistas de militar; ou seja, não há previsão legal para descontos compulsórios em contracheques de pensionistas militares em suas diversas modalidades; para os pensionistas militares resta o desconto em contracheque consentido (autorizado). Para outros desdobramentos, consultar o **DIEx nº 380-DE/SAF/5ª ICFEx – CIRCULAR, de 5 SET 18.**

8. Por fim, quanto a situações que envolvem servidores, aposentados e pensionistas regidos pela Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, a UG/OM deve, além de atentar para as situações tratadas no DIEx nº 380-DE/SAF/5ª ICFEx – CIRCULAR, de 5 SET 18, manejar o inciso II do Art. 21. da Portaria 1324-Cmt Ex/2017, com o Art 46 e 47 da Lei 8.112 e demais condicionantes do Decreto nº 8.690/2016:

a. Portaria 1324-Cmt Ex/2017:

Art. 21. Na implantação dos descontos no contracheque do responsável, deverão ser observadas as seguintes prescrições:

[...]

II - se servidor ativo, aposentado ou pensionista, pertencente aos quadros do Comando do Exército, os descontos **deverão observar a Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, **ou normas que venham a substituí-las.**

b. Lei 8.112/1990:

Art.46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, **para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas**, a pedido do interessado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§1º **O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.** (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

§2º Quando o **pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha**, a reposição será feita imediatamente, **em uma única parcela.** (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

[...]

Art.47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito. (Redação dada pela

Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

c. Decreto nº 8.690, de 2016:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - desconto - valor deduzido de remuneração, subsídio, provento, pensão ou salário, **compulsoriamente**, por determinação legal ou judicial;

[...]

Art. 3º Para os fins deste Decreto, são considerados descontos:

[...]

V - reposição e indenização ao erário;

[...]

**Art. 14. Fica revogado o Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008.**

**NIVALDO LUIZ VIANA FARIAS - Cel**  
Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

**"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE  
PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"**